

O LAZER NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARTICIPATIVAS DE PORTO ALEGRE: ESTUDO DAS GESTÕES MUNICIPAIS DE 1994 A 2004¹

Recebido em: 01/05/2011

Aceito em: 13/09/2011

*Rejane Penna Rodrigues*²

Ministério do Esporte

Brasília – DF – Brasil

*Nelson Carvalho Marcellino*³

Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep)

Piracicaba – SP – Brasil

RESUMO: O principal objetivo deste trabalho, baseado em dissertação de mestrado, foi identificar e analisar a inclusão do Lazer enquanto área da política pública de Porto Alegre, no período de 1994 a 2004, buscando compreender suas diretrizes, objetivos, pressupostos e projetos implementados. A metodologia combinou pesquisa bibliográfica e documental. A primeira foi realizada a partir dos sistemas de bibliotecas da UnB e Unimep, ampliando-se com consultas a obras indexadas na CAPES e na Rede CEDES, do Ministério do Esporte. O levantamento bibliográfico inicial tratou dos temas-chave: Lazer, Esporte e Políticas Públicas; Políticas Participativas; Administração Municipal de Porto Alegre. A pesquisa documental englobou relatórios, planejamentos, registros escritos de fatos vividos no cotidiano da ação política investigada, da legislação e outros documentos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, neste período histórico. Os dados analisados nos apontaram a especificidade das Políticas Públicas de Lazer, nos itens institucionalidade, objetivo principal, prioridade, enfoque, lógica da tomada de decisão, e financiamento, onde o Orçamento participativo teve papel relevante, e se revelou o principal marco das discussões. A dissertação permitiu identificar fatores que revelam inovações nas políticas vividas, principalmente em termos de participação popular e, ao mesmo tempo, limites e possibilidades na produção, apropriação e vivências do cotidiano estudado.

PALAVRAS CHAVE: Atividades de Lazer. Políticas Públicas. Administração Pública.

¹ Baseado em Rodrigues (2011).

² Mestre em Educação Física, pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer do Ministério do Esporte, membro do GPL-Grupo de Pesquisas em Lazer.

³ Livre Docente em Educação Física – Estudos do Lazer, docente do Mestrado em Educação Física, da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, Pesquisador do CNPq, Líder do GPL-Grupo de Pesquisas em Lazer.

LEISURE IN THE PARTICIPATORY PUBLIC POLICIES OF PORTO ALEGRE: A STUDY OF THE MUNICIPAL ADMINISTRATIONS FROM 1994 TO 2004

ABSTRACT: The main objective of this work, which is based in a Master's dissertation, was to identify and analyze the inclusion of Leisure as an area of the public policy of Porto Alegre. The methodology combined literature and document research. The former was made on the University of Brasilia and on the Methodist University of Piracicaba's library system and was broadened by consultations to works indexed in CAPES and CEDES' network, from the Ministry of Sports. The initial literature survey addressed the key issues: Leisure, Sport and Public Policies; Participatory Policies; Municipal Administration of Porto Alegre. The document research involved reports, planning, written records of events experienced in the everyday political action investigated, legislation and other documents of the City Hall of Porto Alegre during this historical period. The analyzed data indicated the specificity of the leisure public policies, in the following items: institutionality, main objective, priority, focus, logic of decision making and financing, where the participatory budget played a significant role and proved to be the touchstone of the discussions. The dissertation has identified factors that reveal innovations in policies, especially in terms of popular participation and, at the same time, limits and possibilities in the production, appropriation and experiences of the everyday life studied.

KEYWORDS: Leisure Activities. Public Policies. Municipal Management.

Introdução

A recreação pública de Porto Alegre na década de 20 do século passado (1920), experiência pioneira na América Latina, gestou a implantação dos “jardins gaúchos de recreio público” como um modelo de praças de desportos seguido por vários países. A implantação de praças não ocorreu de modo isolado, mas foi inserida na política da época. Seguindo as tradições locais e referências de cada tempo e, considerando que a cidade já contava com espaços públicos dessa natureza, os primeiros “Jardins de Recreio” foram inaugurados na gestão Otávio Rocha (1924-1928). O diferencial da proposta implantada em 1926 foi o fato de que alguns desses locais foram adaptados ou construídos com o objetivo de dar oportunidade para a prática recreativa orientada, tendo em vista a educação de crianças e jovens, reduzindo a criminalidade infantil.

Na década de 1930 o lazer, entendido na época como tempo resultante do término das horas de trabalho, era tratado em Porto Alegre como um problema a ser enfrentado por meio

da “adequada utilização das horas vagas”. A recreação pública, mesmo englobando atividades culturais e sociais, incluía, especialmente, as práticas da educação física.

Com a Lei n. 1413, de 1955, foi reformulado o Serviço de Recreação Pública, que passou a integrar a então recém criada Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Porto Alegre (GAELZER, 1975), reforçando a recreação pública e difundindo as atividades de educação física e esportes.

Nas décadas de 1970 e 1980 as iniciativas públicas de recreação e lazer foram organizadas pelo Departamento de Esportes e Recreação Pública (DERP), vinculada à Secretaria de Educação, posterior Supervisão daquela Secretaria, e também pelos Centros Comunitários. Esses, em 1978, passaram a integrar a Fundação de Educação Social e Comunitária (FESC).

Já a partir do final dos anos 80, um movimento mobilizou a transformação da Supervisão em uma Secretaria de Esportes, Recreação e Lazer, criada em 1993. Período da história brasileira que consagrou o direito ao lazer pela Constituição Federal de 1988, a qual ampliou o escopo dos direitos sociais, proclamando, entre eles, o direito ao lazer (artigo 227, que se refere aos direitos sociais e artigo 217, que se refere ao direito ao esporte).

As conquistas no campo social, introduzidas pela nova ordem constitucional, requisitaram propostas e experiências de participação da sociedade civil na definição e execução das políticas públicas. Demandaram ações com objetivos de *inclusão social*, garantindo o acesso de pessoas de todas as idades, gêneros, grupo social, raça, etnia, religiosidade, habilidade corporal; de *equidade* no acesso aos benefícios e formas de participação; de *vivência da diversidade das manifestações* a que se referem os direitos; do *caráter democrático e descentralizado* da gestão administrativa; da *intersectorialidade e integração em rede das políticas sociais* (DRAIBE, 1989).

Foi neste contexto de mudanças políticas no país que teve início a primeira

Administração Popular de Porto Alegre (1989). Mudanças estas que desafiavam a superação das políticas públicas paternalistas de lazer, historicamente desenvolvidas em todo país, em busca de novos processos de tomadas de decisões que pudessem garantir os direitos de toda população ao esporte e ao lazer, que havia sido proclamado pela primeira vez por meio da Constituição Brasileira de 1988. Momento histórico decisivo no sentido de dar voz às demandas e necessidades dos cidadãos, prática política também inexistente entre as experiências políticas com o esporte e lazer no país.

Analisando esses dados históricos, algumas perguntas se tornam essenciais no presente estudo:

Em que medida as experiências participativas da Administração Popular de Porto Alegre e os dilemas postos pelas transformações do mundo contemporâneo impactaram na política de Lazer do município?

Considerando as perspectivas teórica e política da concretização da cidadania, como o lazer se constitui como direito garantido no município de Porto Alegre, uma vez que esta área, historicamente em nosso país, vem, na maioria das vezes, sendo desenvolvida por meio de políticas com tradição autoritária e excludente?

Orientados por estas questões chave, desenvolvemos o presente estudo que teve como objetivo principal identificar e analisar a inclusão do lazer enquanto área da política pública de Porto Alegre, no período de 1994 a 2004. Para isso, foi fundamental também analisar a proposta política de participação popular vivida no período histórico estudado, tendo em vista compreender suas diretrizes, objetivos, pressupostos e projetos implementados.

A partir do método de estudo de caso (CHIZZOTTI, 1991) o trabalho realizado resultou em uma ação articulada entre a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental.

A pesquisa bibliográfica iniciou-se pela localização e consulta de fontes reunidas pelas bibliotecas institucionais da UnB e UNIMEP, ampliando-se com consultas a obras indexadas

na CAPES e na Rede CEDES, do Ministério do Esporte. O levantamento bibliográfico inicial - que tratou dos temas-chave: lazer, esporte e políticas públicas; políticas participativas; administração municipal de Porto Alegre - ampliou-se com as demandas de análises ao longo do estudo.

A pesquisa documental englobou relatórios, planejamentos, registros escritos de fatos vividos no cotidiano da ação política, legislação e outros documentos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre no período histórico estudado.

A leitura e análise de cada documento e posterior classificação em termos de relevância permitiram a associação de elementos identificados com fundamentos teóricos da pesquisa (GIL, 1991).

A partir de uma abordagem histórica, Leila Pinto (2008b) mostra que a conquista do lazer se insere nas relações sociais como um todo, perpassado pelos vários interesses conviventes em cada época: políticos, econômicos, sociais, culturais e outros. Porém, institucionalmente, a história das políticas públicas de lazer no país, segundo esta autora, tem como marcos principais: a (1) legalização do “tempo livre” na política assistencialista de Bem-Estar Social dos anos 30 e 40 do século XX; a (2) consolidação da Política Social Brasileira dos anos 60 e 70, baseada no mérito, na seletividade e na ação burocrática; a (3) conquista de espaços sociais e força nas políticas econômicas nos anos 80; e o (4) reconhecimento do lazer como direito social nas políticas sociais democráticas a partir dos anos 90.

A análise dos limites e das conquistas de cada um desses momentos mostra que, ao mesmo tempo em que o lazer participou da reprodução social vivida em cada momento histórico, abriu espaços importantes para a reversão de valores e papéis sociais e históricos. Pois, segundo Pinto (2008b) o lazer é tempo-espaço-oportunidade tanto de reprodução da ideologia dominante e de desigualdades sociais como de produção crítica e criativa sobre suas

próprias relações e conteúdos vividos.

O Decreto-lei n. 5.452, de 1943, que dispôs sobre a Consolidação das Leis do Trabalho (BRASIL, CLT, 1943), também pautou um período mínimo de descanso para os trabalhadores (art. 66); um intervalo para repouso/alimentação no trabalho (art. 71); a remuneração para repouso semanal (do art. 67 ao 69), feriados (art. 70) e férias (do art. 129 ao 153). Neste momento histórico o lazer foi incluído na pauta da Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada em 1948 pela Resolução da III Sessão Ordinária da Assembléia-Geral das Nações Unidas (ONU), da qual o Brasil é signatário (*Ibidem*).

A implementação da CLT gerou “políticas de atividades recreativas” – de caráter assistencialista e corporativista, privilegiando apenas o grupo social dos trabalhadores –, com vista a ocupar o seu “tempo de não-trabalho” legalmente regulamentado. Isso contribuiu para acentuar as desigualdades sociais relativas ao direito ao tempo de lazer, uma vez que a legalização/institucionalização desse “tempo” como direito, por um bom tempo, ficou restrito aos trabalhadores assalariados urbanos (*Ibidem*).

Essas políticas foram difundidas nacionalmente com o objetivo principal de promover a recreação como distração, descanso e recomposição da força de trabalho. E, implicitamente, manter diferenças na posse da vida cultural a ser vivida nesse “tempo” pelos indivíduos das diferentes idades e camadas sociais (PINTO, 2004).

Nos anos 60 e 70 com a transformação do perfil da “política social brasileira” no âmbito institucional-financeiro foram abertos espaços para organização da área de bens e serviços sociais básicos, ampliando-se ações com tendências universalizantes aos moldes das “políticas de massa”.

Os primeiros anos da década de 1980 marcaram o reconhecimento do lazer como força econômica no País. As exigências do modo de vida capitalista influenciaram na propagação do lazer como tempo-espaço necessário para o consumo de várias formas de entretenimento

alavancando a indústria cultural. Assim, ampliou-se a produção e consumo de bens, a oferta de serviços e geração de empregos atendendo demandas específicas ligadas ao lazer (PINTO, 2002).

Por um lado, o lazer despontou como um mercado emergente, em pleno crescimento, que gerou expressiva atividade econômica, passando a exigir mão-de-obra diversificada e qualificada para atender aos novos empreendimentos e demandas. O capitalismo provocou a disseminação do lazer veiculado pela indústria cultural, tratando os indivíduos como potenciais consumidores de mercadorias lúdico-culturais. Isso provocou o aumento do acesso diferenciado a esses bens. E devido a diferenças de condições socioeconômicas e educativas entre as camadas da população, alargam-se as desigualdades quanto ao acesso à produção cultural disponível no lazer (PINTO, 2008b).

Por outro lado, a década de 1980 culminou com a promulgação de uma Constituição avançada quanto à ampliação/extensão dos direitos sociais e afirmação da cidadania, neles incluído o lazer.

A inclusão do lazer na Carta Magna representou avanço quanto ao reconhecimento do lazer como um dos direitos sociais. No entanto, essa legislação manteve uma conotação estigmatizante, questionada por muitos. Sobre isso, Marcellino (2001) analisa a inclusão do lazer no Título VIII, Capítulo III, seção III, Do Desporto, art. 217, § 3º e último parágrafo do item IV, que diz: “o Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social”. Para o autor, a expressão “promoção social” é carregada de vícios assistencialistas, compreendendo o lazer como “utilidade” e, não, como um dos fatores do desenvolvimento social e humano.

Com a redemocratização do estado brasileiro, iniciada em meados da década de 1980, ocorreu a abertura de novos espaços para reflexões sobre conceitos e estratégias políticas, relacionando questões do estado e da sociedade. Ainda nesse momento histórico, a dimensão econômica se sobrepõe nas nossas políticas de lazer. Nessa sociedade coexistem formas

distintas de ver e agir politicamente. Duas se destacam: a que se pauta pelo interesse da acumulação de capital em detrimento de seus impactos na vida humana, especialmente dos mais excluídos, e outra que inclui a promoção dos sujeitos e a defesa dos direitos como meio de produzir novos sentidos para experiências até então negligenciadas nas relações humanas (*Ibidem*).

A partir da segunda metade dessa década, expandiu-se pelo País a discussão sobre fatores determinantes do desenvolvimento, colocando em pauta a demanda do provimento dos direitos do cidadão. Isso requereu políticas que concebesssem o desenvolvimento não somente como possibilidade de crescimento econômico, mas também como distribuição equitativa dos resultados dos bens e serviços gerados. Decisões que implicaram mediações entre o econômico, social, ambiental e humano com vista à melhoria da qualidade de vida da população e a um mercado orientado pela universalização do acesso aos bens e serviços oferecidos. Nesse contexto, nascem políticas pautadas por valores de sociabilidade, cooperação e associativismo (ZINGONI, 2002).

Nesse período histórico, o debate sobre a participação popular se renovou, revelando mudanças no fomento do lazer em administrações municipais brasileiras, como algumas identificadas e analisadas por Leila Pinto (2008a), dentre elas a de Porto Alegre no período de 1998 a 2005. A autora mostra que a discussão sobre as “políticas públicas participativas”, de um modo geral, se renovaram com a inclusão do lazer como mais uma de suas áreas de atuação estratégica do setor público municipal, mudanças consideradas inovadoras segundo seis aspectos: 1) **a institucionalidade**; (2) **ao objetivo principal**; (3) **a prioridade**; (4) **ao enfoque**; (5) **a lógica de tomadas de decisões** e (6) **ao financiamento**.

Tais inovações se sustentam, sobretudo, pela participação popular nas políticas públicas, contribuindo para ampliar articulações e mobilização de esforços conjuntos do poder público com os demais setores sociais e a sociedade civil no enfrentamento dos problemas

sociais.

Análise dos dados:

Apresentamos aqui uma análise dos principais registros das gestões de Porto Alegre no período de 1994 a 2004 no que tange a inserção do Lazer em sua agenda política. Uma vez que o objetivo dessa dissertação é identificar e analisar a inclusão do lazer como área da política pública de Porto Alegre no período de 1994 a 2004, optamos por investigar todos os documentos dos quais tivemos acesso. Porém, tendo em vista o grande volume de relatórios, manuais, pareceres e publicações lidos, apenas consideramos em nossas análises os que se evidenciaram como mais relevantes para este estudo.

Nas análises desses registros e dos fundamentos que os estruturam vieram “à tona” seis aspectos relevantes que se ressaltaram na história investigada e serão analisados nesta parte de texto, ou seja: (1) institucionalidade do lazer na política pública de Porto Alegre; (2) participação ativa na construção da política pública de lazer; (3) a dimensão do direito ao lazer como objetivo principal; (4) transformações da política de lazer pela educação crítica; (5) valorização das manifestações culturais pela política de lazer e (6) mudanças no conceito de lazer.

1. A institucionalidade do lazer na política pública de Porto Alegre

No que se refere à institucionalidade do lazer nas políticas públicas participativas, os dados coletados das gestões dos prefeitos Tarso Genro e vice Raul Pont (1993/1994) apontam que a criação de uma Secretaria Municipal específica para a área foi uma ocorrência histórica baseada na garantia legal do direito ao lazer e ao esporte, constante nos documentos oficiais nacionais⁴.

As mudanças vividas na política pública participativa em Porto Alegre influíram

⁴ Ver: BRASIL, Constituição Federal de 1988.

decisivamente no reconhecimento do direito ao Lazer e na sequente institucionalidade deste setor na política municipal. O marco histórico aqui destacado foi à criação, em 1994, da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer (SME), substituindo a (Supervisão de Esportes e Recreação Pública - SERP, que era vinculada a Secretaria Municipal de Educação).⁵ O Lazer, que até então, integrava as ações da área da Educação (na organização do setor e no orçamento)⁶, aos poucos foi ganhando espaço político até a criação de sua secretaria específica.

A obrigatoriedade de 15% do orçamento municipal para a Saúde e de 25% para a Educação fazem com que essas duas áreas tenham seu orçamento mínimo já garantido, levando as demais, dentre as quais passou a incluir o Lazer, a disputarem o orçamento municipal restante.

No período histórico estudado, a Administração Popular⁷ já estava no seu segundo mandato e com certo acúmulo de experiências participativas, o que permitiu alguns posicionamentos mais claros. Entre eles, a transformação da SERP em Secretaria Municipal conforme proposta do então prefeito Tarso Genro, que acreditou que seria possível dar um “status” político ao Esporte e Lazer, sem criar, necessariamente, novos cargos e aumentar custos.

Dentro da política de **inversão de prioridades**, não era mais possível continuar apenas construindo módulos esportivos nas praças. Primeiro porque nem todas as regiões da cidade dispunham de espaços públicos para construções e, em segundo lugar, porque era necessário manter o custeio da manutenção dos mesmos, assim como dos recursos humanos necessários para sua animação sociocultural. Era urgente e imprescindível apresentar à cidade propostas

⁵ Lei n.7330, de 16 de outubro de 1993, que cria a Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer (SME) e Decreto n. 10.869.

⁶ A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de Porto Alegre passou a contemplar o lazer. A LDO, que está prevista no artigo n. 165 & 2º da Constituição Federal de 1988, compreende as metas e prioridades da administração pública, inclui as despesas de capital para o exercício subsequente, orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual e dispõe sobre a política tributária.

⁷ Administração Popular significa a gestão da cidade de Porto Alegre no período de 1988 a 2004. Essa gestão envolveu partidos considerados “de esquerda”, como o PT, PCdoB, PSB e PV.

concretas que justificassem a criação de uma Secretaria específica para o esporte e lazer. Foi nesse momento que a SERP recebeu o Ginásio Municipal “Tesourinha” para administrar⁸. O mesmo ainda não estava concluído, mas era necessário implementar políticas de uso desse equipamento público, colocando-o à disposição de toda população.

Assim, o ano de 1993 foi decisivo por gerar o novo desafio de ir além de cuidar da administração dos equipamentos de esporte e lazer existentes no município, mas sensibilizar professores, funcionários, comunidades, vereadores e partidos políticos para a criação da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

Durante esse período, como tentativa de construção de respostas ao quadro de demandas descritas acima, foram criados novos programas e projetos, sendo que alguns deles permanecem até hoje⁹, além de implementada uma nova dinâmica nos eventos que passou a envolver toda a cidade e a fazer parte do Calendário Oficial de Eventos de Porto Alegre¹⁰.

Entretanto, os dados destacados nesta parte de texto não são suficientes para entender o que significou a criação da Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer na consolidação de direitos, bem como compreender melhor a conjuntura política e administrativa em que isso ocorreu.

Nesse sentido, foi necessário levantar mais dados históricos.

No livro “Porto Alegre uma cidade que conquista”, Adair Barcelos (BARCELOS & PONT, 2000) escreve:

Os 16 anos de Administração Popular em Porto Alegre construíram uma história que foi muito além de construção de pontes, avenidas, redes de informatização, quadras de esporte, melhorias no saneamento básico, ampliação do atendimento na saúde e na educação. Foi um caminho na busca da realização de sonhos e utopias, na busca incessante da democracia participativa, na descentralização dos bens culturais, na valorização das diferenças e, principalmente, no processo permanente da construção da cidadania. Um governo de uma cidade não se mede somente pelas obras ou serviços que realiza, mas pelas políticas que implementa. Ele se mede também pelas

⁸ O Ginásio Municipal Osmar Fortes Barcelos é conhecido como “Tesourinha”, em homenagem a esse grande atleta da cidade já falecido.

⁹ Tanto o Relatório de Trabalho 2005/2006/2007 quanto o Anuário Estatístico publicado pela Prefeitura de Porto Alegre, identificamos vários programas criados no período estudado e que permaneceram na gestão seguinte.

¹⁰ Anualmente, a Assessoria de Comunicação de Porto Alegre divulgava o “Calendário da Cidade”, no qual eram incluídas as atividades da SME.

questões estratégicas que coloca para a sociedade; ele se revela por conseguir dar significados aqueles temas que atravessam o conjunto de relações da vida em sociedade e que não são percebidos no cotidiano; um governo se mede ao dizer como será o dia de amanhã, ao conseguir desafiar a cidadania naquilo que podemos avançar em termos de conquistas materiais, de novos direitos sociais, de antecipação do futuro.

Nos anos 90, os quatro mandatos consecutivos da Frente Popular em Porto Alegre esperavam, apesar da luta cidadã no sentido de consolidar a democracia, garantir melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento da cidade. O quadro nacional de crescimento da exclusão social, do desemprego, da corrupção e da submissão do país aos modelos internacionais influenciaram muito, já que a cidade não era uma ilha.

As administrações públicas trabalham por ciclos determinados de quatro anos, que é o tempo de cada mandato eletivo.

Na prática, isso se traduz por, no primeiro ano, conhecer a “máquina administrativa” e a apresentação das propostas à sociedade. No segundo e terceiros anos, desenvolvem-se as ações possíveis, e no quarto ano há naturalmente uma estabilização e preparação para mudanças, pois é novamente um ano eleitoral. Este último ano é sem dúvida alguma, o mais desafiador, uma vez que tanto o interno da secretaria (professores e funcionários) como o externo (o conjunto da sociedade, principalmente com um estímulo a mais dado pelos meios de comunicação) alteram seu ritmo e passam a dar destaque maior às políticas públicas. Isso por si só já justifica um ano mais tenso e exigente. Errar não é mais permitido. Agora, o ano 2000 é exatamente um desses “anos especiais” que estamos vivendo. Faço questão de registrar essas observações porque esse é um diferencial importante entre políticas públicas e políticas privadas (RODRIGUES, 2008).

2. A participação ativa na construção da política pública de lazer

Esse período histórico das quatro gestões consecutivas trouxe a possibilidade de um acúmulo de experiências e força política que contribuíram para a construção de um projeto alternativo à hegemonia autoritária dos anos 60-70, época da ditadura brasileira. A democracia participativa foi implantada desde o primeiro governo da Administração Popular com o tema do Orçamento Participativo (OP), que manteve sua autonomia como um instrumento da soberania popular.

O processo do OP em Porto Alegre, iniciado em 1989, na gestão do prefeito Olívio Dutra, e aprofundado a partir de 1993, no governo do prefeito Tarso Genro, criou uma série de

mecanismos de participação, planejamento e controle popular.

O OP teve ainda desdobramentos naturais como a sua aplicação nas escolas da rede municipal de ensino, onde os alunos escolheram prioridades de investimentos nas escolas em que estudavam. O sucesso do OP cruzou fronteiras, tornando-se referência nacional e internacional, tanto que, durante os vários anos de gestão da Frente Popular, centenas de visitantes estrangeiros visitaram Porto Alegre para conhecerem e discutirem essa experiência.

O OP em Porto Alegre, embora não seja a solução total dos problemas vividos é altamente positiva para a valorização do “poder local” e que aponta para uma forma participativa de gestão das políticas públicas e de criação de um novo tipo de Estado.

A cidade de Porto Alegre estabeleceu uma relação que ultrapassou a influência da Rede de Mercocidades (que aglutina cidades dos países do Mercosul, do Chile e da Bolívia) e que se estendeu pela Europa, garantindo um papel de vanguarda e pioneirismo do município, tornando-o Sede do Fórum Social Mundial (primeira grande experiência de estreitamento de relações e socialização das práticas mais avançadas no mundo no campo da gestão democrática local, do desenvolvimento sustentável da defesa dos direitos humanos e da cidadania)¹¹.

Nas últimas décadas, as cidades modernas ocupam um lugar diferenciado e importante tanto no que se refere a novas experiências políticas quanto na criação de novas instituições, sendo tema de debates nas universidades, nos meios políticos e junto a um número cada vez maior de Organizações Não-Governamentais (ONGs). Debates que passaram a estudá-las e a propor soluções para os seus problemas que se acentuaram, principalmente com o crescimento da urbanização em todo mundo. Isso levou os gestores locais a buscarem soluções também locais, uma vez que esses estão mais próximos dos desafios do cotidiano da cidade. Isso passou também a repensar a cidade de forma estratégica, planejando-a para além do seu

¹¹ Fórum Social Mundial Social de Porto Alegre. Disponível no site: <http://www.forumsocialmundial.org.br>. Acesso em: 02 dez. 2010.

desenvolvimento econômico, considerando a cultura e os espaços urbanos, principalmente a população que vive naquele local. É para esta e com esta população que a mesma deve ser construída.

A experiência realizada em Porto Alegre com o OP foi incomum. Não se tratou apenas de "incentivar" a participação popular de uma forma espontânea, "fazer obras" ou simplesmente "ajustar" os mecanismos da democracia formal. Na verdade, foi criado um novo centro decisório que, juntamente com o Poder Executivo e o Legislativo, democratizaram efetivamente a ação política e integraram os cidadãos num novo espaço público não-tradicional, que potencializou o exercício dos direitos da cidadania e instigou os cidadãos a serem mais exigentes e críticos. Esse novo centro decisório, que incidiu diretamente sobre o caráter e a oportunidade dos investimentos públicos, foi fundamental para gerar distribuição de renda e contribuir para a socialização da política (GENRO & SOUZA, 1997).

A ideia do OP na cidade de Porto Alegre começou com a campanha eleitoral para a Prefeitura, em 1988. Naquele momento, o programa de governo do Partido dos Trabalhadores propunha democratizar as decisões de uma nova gestão, a partir de Conselhos Populares. O objetivo era permitir que cada cidadão pudesse interferir na criação das políticas públicas e nas demais decisões de governo que tivessem importância para o futuro da cidade (*Ibidem*).

A principal riqueza do OP é a democratização da relação do Estado com a sociedade. Esta experiência rompeu com a visão tradicional da política, em que o cidadão encerra a sua participação política no ato de votar, e os governantes eleitos podem fazer o que bem entenderem, por meio de políticas tecnocráticas ou populistas e clientelistas. O cidadão deixou de ser um simples coadjuvante da política tradicional para ser protagonista ativo da gestão pública.

Além da defesa permanente do OP, o governo Raul-Fortunati (prefeito e vice-prefeito da cidade) incentivou a organização e o debate da sociedade. Neste período, foram realizados,

mais de dez conferências setoriais, o Seminário Internacional sobre Democracia Participativa, o 3º Congresso da Cidade e o OP, que chegou a reunir vinte mil participantes em 1999 (BARCELOS & PONT, 2000).

Outra contribuição universal do OP é a criação de uma esfera pública não estatal, em que a sociedade pode controlar o Estado.

Além disso, segundo José Henrique Paim Fernandes, ao longo dos anos o OP se transformou em uma referência de planejamento, pois o novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental formalizou na geografia da cidade a regionalização adotada pelo OP. A Educação e a Cultura elaboraram também suas políticas com base na sua estrutura regional e temática. E o mesmo ocorreu nas áreas de Transporte, Meio Ambiente, Saneamento e Moradia (FERNANDES, citado por BARCELOS & PONT, 2000).

A população de Porto Alegre estabeleceu de maneira autônoma e por meio de um processo de democracia direta, realizado nas dezesseis regiões da cidade e nas cinco plenárias temáticas, a forma de funcionamento do OP escolhendo suas prioridades temáticas, de obras e serviços e elegendo o Conselho do Orçamento Participativo (COP). Cria-se, dessa forma, uma esfera pública não-estatal, em que a sociedade institui tanto o processo de co-gestão (Conselho do Orçamento Participativo COP - Governo) da cidade, quanto mecanismos de controle social sobre o Estado.

Assim, o OP, implementado no primeiro ano da Administração Popular (1989), significou a primeira ação concreta no sentido de efetivamente democratizar as relações na cidade, instalando o controle social sobre a esfera pública, consolidando a participação popular.

Como mostram estudos de Rodrigues & Gutierrez (1996), o processo do OP é complexo na medida em que ele começa definindo o percentual do Orçamento do Município que estará disponível para investimentos a cada ano (obras e equipamentos). Esse índice é

resultado da projeção de arrecadação do município através de impostos, empréstimos e repasses a Fundos, menos a previsão de gastos com despesas com pessoal, manutenção e conservação de equipamentos, encargos, aquisição de material permanente. Nessa discussão já estão presentes os conselheiros eleitos no ano anterior, preparando para os futuros conselheiros eleitos (cuja definição será dada posteriormente) o terreno para execução do próximo orçamento. Ou seja, os conselheiros e os delegados eleitos no ano definirão o orçamento para o exercício seguinte. Esta etapa se encerra ao final de cada ano.

Em março do ano seguinte a Administração inicia a veiculação junto aos meios de comunicação do calendário da primeira rodada do OP (que normalmente acontece em abril), em que a população exige prestação de contas do andamento das obras previstas nos Planos de Investimentos (PI)¹² anteriores.

Nessa ocasião, prefeito, vice-prefeito, secretários e até vereadores da bancada da Administração costumam ser inquiridos diretamente sobre o curso das obras, dificuldades encontradas e ouvem reclamações sobre qualidade do serviço, fiscalização, atendimento a exigências preestabelecidas, respondem e se comprometem com a população uma vez mais na execução do plano aprovado.

Para a realização dessas Plenárias (primeira rodada do OP), a cidade foi dividida em dezesseis regiões¹³, onde para cada dez cidadãos presentes é eleito um delegado que, posteriormente, junto com os delegados eleitos na segunda rodada, elegem um conselheiro para cada vinte delegados eleitos.

A segunda rodada do OP faz a discussão dos investimentos para o próximo orçamento. Por exemplo, ao considerar o ano de 1996, em março durante a primeira rodada, seria feito

¹² Plano de Investimentos é um caderno editado anualmente onde são publicadas todas as obras e equipamentos aprovados pelo conselho do Orçamento Participativo e distribuído gratuitamente a todo cidadão interessado em conhecer o orçamento da cidade.

¹³ Região Humaitá-Navegantes, Região Noroeste, Região Leste, Região Lomba do Pinheiro, Região Norte, Região Nordeste, Região Partenon, Região Restinga, Região Glória, Região Cruzeiro, Região Cristal, Região Centro-sul, Região Extremo-sul, Região Eixo da Baltazar, Região Sul e Região Centro.

um levantamento dos PI de 1995/94/93. Esse procedimento se deve à possibilidade de haver atraso na entrega de obras por vários motivos como chuvas, projetos de grande porte que foram fracionados, concordata de empresas, falta de participantes em concorrências, dentre outros. Em junho/julho, durante a segunda rodada, é feito um levantamento do PI de 1997.

Aos delegados e conselheiros eleitos cabe definir as prioridades do orçamento do ano seguinte, à luz das prioridades recolhidas pelas regiões, além de acompanhar a execução do PI do ano em exercício.

Concomitantemente a esse movimento, acontecem as Plenárias Temáticas que buscam, por meio de cinco temas que aglutinam assuntos pertinentes, discutir e desenvolver propostas que atendam à cidade como um todo, ao invés de questões pontuais de cada região. Os temas escolhidos para as discussões são, por exemplo: 1) organização da cidade e desenvolvimento urbano, 2) saúde e assistência social, 3) desenvolvimento econômico e sistema de impostos, 4) transporte e circulação e 5) educação, cultura e lazer.

As Plenárias Temáticas são uma maneira de inserir setores da sociedade civil organizada que podem contribuir com seu acúmulo em áreas específicas, qualificando as discussões (Universidades, Sindicatos, Conselhos, Federações, Associações, etc). As temáticas foram organizadas segundo os mesmos preceitos do OP e cada uma delas tem o direito de indicar conselheiros para o OP. As temáticas atraem novos setores e, em particular, acrescentam qualidade e complexidade às orientações propostas pelo OP.

Um exemplo clássico para esta definição é o caso de uma avenida perimetral que atravessa a cidade, atendendo diversas regiões, e que pelas definições das prioridades das regiões, não seriam contempladas. A propósito, a Terceira Perimetral de Porto Alegre atualmente já está concluída.

Essas Plenárias elegem para cada dez presentes um delegado e dois conselheiros pelos seguintes temas:

1 – Saúde e Assistência Social

2 – Educação, Cultura e Lazer (aqui o esporte e a recreação estão inclusos)¹⁴.

3 – Desenvolvimento Econômico

4 – Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

5 – Transporte e Circulação

Todos os conselheiros forma o Conselho do OP e participam da administração de cidade, decidindo assuntos de fundamental importância, como a participação na Comissão Tripartite que define, junto com o Governo e o Sindicato dos Municipários, a necessidade de aumento de pessoal e participação nos diversos conselhos criados durante as duas últimas Administrações Populares, como os da Saúde, Educação, Assistência Social e Esporte.

Foi por intermédio do OP que muitas regiões de Porto Alegre, que já haviam superado problemas básicos como a pavimentação e o saneamento (por exemplo – Região Centro) passaram a priorizar investimentos também na área do lazer.

Algumas das conquistas da comunidade no OP, na área do lazer foram, por exemplo:

- Construção de quinze módulos (prédio que possui sala de professor, banheiros, depósito de material e sala para pequenos jogos, nas mais diversas regiões da cidade, quando a realidade até então era de apenas dezesseis praças com essa edificação, na região central).
- Reforma de dez campos de futebol de várzea (drenagem, terraplanagem, cercamento).
- Construção de um ginásio desportivo com quadra poliesportiva, sala de multiuso, vestiários e cancha de bocha no Parque Ararigóia.
- Recuperação no telamento de cinquenta quadras esportivas.

¹⁴ Sob o tema “Espaços Públicos de Lazer – Direito Social”, foi realizado amplo debate sobre a democratização dos espaços de convívio da cidade, bem como a sua preservação e qualificação durante a 1ª Conferência Municipal de Esportes, Recreação e Lazer (5 e 6 de maio de 2000). Além disso, nos meses de fevereiro, março e abril deste ano, a SME realizou mais de cem reuniões preparatórias para a Conferência, envolvendo os mais distintos grupos da comunidade (associação de moradores, pessoas com deficiências, grupos de atividades, ligas esportivas e outros), resultando na apresentação de, aproximadamente, 300 propostas que contribuíram com o debate.

A participação no processo político precisa ser de todos: gestores e população. Essa foi a mudança mais significativa identificada no que diz respeito às prioridades políticas no campo do esporte e lazer. Inovação importante que implicou novos conhecimentos da cidade tanto por parte da população (experiência do OP) como por parte dos gestores (pelo diálogo com a população, acompanhamento de obras, programas e serviços demandados pelo OP).

Quem trabalha com o Lazer, como política social e direito do cidadão, sabe que é preciso constituir políticas públicas que avancem com a sociedade, que tenham inserção em todos os segmentos e sejam participativas. Essa busca foi o que norteou a segunda administração da SME. Muito mais que a inversão de prioridades, a radicalização da democracia e as políticas públicas de qualidade, o desafio permanente foi não limitar às fronteiras geográficas do município de Porto Alegre, pelo entendimento de que não existe nenhuma política local que não tenha a ver com a política global. Não havia limites especiais, cada ato podia ser uma acomodação ou um contraponto ao neoliberalismo. O lazer não sendo alienado deve buscar o sujeito ativo, aquele que possui a atividade do pensamento sobre o pensamento, de uma ética que implica o trabalho de si, sobre si, e contra si, sendo, então, o sujeito livre, capaz de fazer sua vida um objeto de reflexão e matéria de uma ética de existência em que há escolha de ética de vida.

Até o início da primeira Administração Popular (1989), todos os espaços públicos qualificados para o lazer esportivo encontravam-se nas áreas centrais da cidade. Eram dezesseis praças com professores de Educação Física trabalhando principalmente a aprendizagem esportiva, nas mais diversas modalidades, sob a forma de escolinhas. A partir desse ano, atendendo a demanda do Orçamento Participativo, praças com módulos esportivos foram construídas em zonas mais periféricas, correspondendo a uma das políticas centrais da Administração: a inversão de prioridades. A participação cidadã não deve ser encarada pelos governantes como uma concessão, mas um direito do cidadão. Esta afirmação pode parecer

elementar, mas certamente coloca em prática um grande desafio para as administrações populares, envolvendo um processo longo de aprendizagem e, não raras vezes, exigindo muita paciência e determinação dos envolvidos.

A análise documental mostrou que o crescente envolvimento da participação popular no lazer foi muito importante para o amadurecimento desse campo no que se refere à lógica de tomada de decisão própria das políticas públicas participativas. Esta não é uma prática histórica do campo do lazer que vinha sendo sustentado, sobretudo, por práticas de recreação orientada. As experiências participativas registradas em planejamentos, documentos de fóruns, de conferências municipais¹⁵, dentre outras estratégias registradas, mostram a importância e também limites a serem superados nesta prática coletiva que integra o lazer às políticas sociais do município.

Também as experiências de controle foram fundamentais para esse processo. Controle interno identificado pelas reuniões semanais com o prefeito e monitoramento em campo/na cidade periodicamente realizado pelo prefeito e secretários; reuniões para análise de planejamentos, orçamentos e construção coletiva dos planos plurianuais.

O OP é, pois, o principal marco desta discussão. Em decorrência dele houve mudanças de gestão na política envolvendo: programas e serviços, modificações na relação público privado e na relação comunitária. Enfim, são vários exemplos que mostram o impacto da política de Lazer para toda a cidade e camadas sociais.

3. A dimensão do direito ao lazer como objetivo principal

Resultados concretos na vida das pessoas decorrentes de mudanças das políticas participativas não são imediatos e sim construídos historicamente pela própria ação política, lidando com possibilidades e enfrentando limites. No entanto, as experiências participativas

¹⁵ Ver dados da II Conferência Municipal de Esporte, Recreação e Lazer da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer de Porto Alegre, mai. de 2003. (Mimeo).

vividas no período histórico analisado (1994 a 2004) tiveram como **principal objetivo, o enfoque** no lazer, considerado direito de todos. Decisões coletivas que influem no planejamento, na organização e no financiamento das ações de governo nessa área, com envolvimento da comunidade, estabelecendo novas relações da população com o poder público neste campo.

Essa mudança começou pela inclusão da dimensão do direito ao lazer como objetivo principal, aparecendo em vários documentos legais do município e também em publicações que relacionam a proposta de lazer vinculada à macro política, tanto no âmbito federal como no municipal¹⁶. O Anuário Estatístico de Porto Alegre é uma publicação, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Nele é possível ver a conquista, ano a ano, do direito ao lazer pela população em geral, que foi incluída na política municipal mediante a criação de programas e projetos de lazer, alguns deles específicos para determinados segmentos (como jovens, idosos, crianças, pessoas com deficiência). Em consequência desses programas e projetos, a garantia da acessibilidade ao esporte, e lazer foram incentivadas através da construção e melhorias de equipamentos esportivos, da regionalização de serviços e infra-estruturas, da construção de redes e do fortalecimento de lideranças comunitárias, bem como pelo diálogo permanente com a comunidade, tanto através de agendas no Gabinete da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer e em reuniões comunitárias, Conferências Municipais e o próprio OP.

Como não é possível para uma administração municipal se manter sozinha, em condições ideais, todas as áreas esportivo-recreativas da cidade, além de promover nesses espaços a animação sociocultural (como os grupos de convivência), realizar as festas comunitárias, escolinhas esportivas, enfim, eventos de lazer, a gestão compartilhada em Porto Alegre conseguiu o envolvimento da população, trazendo um bom exemplo de co-gestão.

16 PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Plano Plurianual – 1998/2001. (Mimeo.)

Nesse sentido, o principal objetivo foi conscientizar e estimular as pessoas para assumirem responsabilidade na construção, manutenção e qualificação dos espaços públicos e das atividades ali desenvolvidas, democratizando-os pela participação.¹⁷ Incentivou-se a criação de Associações Comunitárias nos parques e praças onde elas ainda não existiam. Atualmente, nos espaços coordenados pela SME, existem Associações e Ligas Esportivas que trabalham integrados com a Administração Municipal.

Para cada unidade recreativa, projeto ou programa, dependendo do grau de abrangência, a Prefeitura de Porto Alegre, através da SME, designa o número de recursos humanos: professores, funcionários e/ou estagiários, assim como os recursos materiais necessários.

Já por parte da comunidade, cabe às suas associações, oportunizar que as pessoas envolvidas com os espaços e atividades de lazer, tornem-se comprometidas das mais diferentes formas, desde a preservação do patrimônio até a educação ambiental. Os membros muitas vezes contribuem até financeiramente para manter, atualizar e qualificar os recursos físicos e materiais que usufruem, além de auxiliar na programação de eventos e iniciativas, desenvolvendo e intensificando as relações interpessoais. Desta forma ocorre o serviço realmente voluntário da população.

O equilíbrio entre as responsabilidades é condição absoluta para a co-gestão, a fim de que não se instalem privilégios ou inimizades. Isso requer confiança e respeito entre as partes, principalmente em se tratando de bens públicos que jamais poderão ser privatizados, nem que por um grupo significativo da comunidade.

Observamos também outras formas de compartilhar a administração do lazer como nos eventos participativos, programas e projetos como o “Brincando na Rua”, o “Brincalhão”

¹⁷ O trabalho da Assessoria Comunitária da SME, que foi fundamental nesse sentido, é registrado nos Planos Estratégicos, por exemplo o de 1997, que foi analisado neste estudo. Além disso, todos os Relatórios de Atividades, como, por exemplo, os de 2002, registram o trabalho de participação popular.

(RODRIGUES, 2000) e “Em Cada Campo uma Escolinha”.¹⁸

4. As transformações da política de lazer pela educação crítica

As mudanças históricas implicaram sujeitos com consciência crítica, leitura ampliada do mundo, modos específicos de se comportar com eles mesmos e com os outros, uso de tecnologias para ver, analisar julgar, expressar e transformar as práticas em vivências significativas para si e para o coletivo. O fazer revela como as pessoas se enxergam, expressam suas alegrias, demandas e necessidades, julgam e falam da própria consciência (FREIRE, 2006).

Entende-se a política pública de esporte e lazer como parte da educação não-formal alicerçada na concepção dialética do conhecimento. O conhecimento é tratado como uma construção cultural e, portanto, social e histórica; sempre uma aproximação do real, provisória, condicionada pelo contexto sociocultural e pelas condições de produção; um processo mediatizado pelo diálogo e não um produto final pronto e acabado, reduzindo-se a um conjunto de dados isolados estanques. Conhecimento e ideologia são, pois, indissociáveis. Nesse contexto, vários conhecimentos, como o científico, o estético, o filosófico, o religioso e o popular devem interagir. O conhecimento enquanto processo não implica construção de saberes originais, mas apropriação, reconstrução e ressignificação de conhecimentos já existentes. A interação com a realidade é construída a partir das experiências dos sujeitos, implicando na construção de sentidos através de representações sociais. O conhecimento não tem uma finalidade em si mesmo, mas se coloca a serviço de uma releitura de realidade e da intervenção na mesma. A teoria deve estar a serviço "de" e "para" uma ação transformadora.

Para Raul Pont (2002), nessa caminhada foram dados importantes passos no sentido da

¹⁸ A análise do “Relatório de Trabalho 2005/2006/2007” da Prefeitura de Porto Alegre mostra que estão em continuidade vários Programas criados na gestão estudada.

democratização da relação do poder público com a sociedade, permitindo que os cidadãos e cidadãs, de simples coadjuvantes da política tradicional passassem a ser sujeitos conscientes e ativos na gestão pública.

A democracia participativa em geral, e o OP em particular, trouxeram consigo os valores inestimáveis da solidariedade e da socialização da política, produzindo novos protagonistas na cena política, que de outra forma estariam alijados não só da participação popular, mas da disputa direta pela renda pública e pela distribuição da riqueza na sociedade (DEMO, 1994).

O projeto político que se desenvolveu em Porto Alegre sempre contou com uma importante participação das mulheres - uma das parcelas mais oprimidas e exploradas da sociedade brasileira - no impulso do OP e dos diversos conselhos existentes na cidade. O aperfeiçoamento dessa vivência democrática impõe o desafio de refletir sobre as formas e mecanismos possíveis de serem utilizados para darmos maior visibilidade à presença da mulher e suas reivindicações específicas.

Nessa trajetória, foi importante o investimento do município em formação continuada de quadro para atuar com as especificidades do Lazer com crescente preocupação não apenas com as questões práticas, como também com os fundamentos teóricos (cursos multidisciplinares, coordenação pedagógica, consultorias específicas, realização de eventos científicos como o ENAREL e outros eventos pedagógicos em continuidade; preocupação com intervenções educativas críticas e criativas realizadas com a população e outras).¹⁹

A realização continuada de avaliações quantitativas e qualitativas foi um trabalho coletivo da equipe sempre nos planejamentos, execução e avaliação como identificado em vários documentos.²⁰

¹⁹ Ver dados sobre a realização, pela SME, do VIII ENAREL, em 1996. Esses dados aparecem no capítulo 7 da publicação “ENAREL 21 anos de história”, organizado por Marcellino e Isayama (2010). Os Planejamentos Estratégicos Anuais incluem também diferentes momentos de capacitação.

²⁰ A Avaliação foi identificada em diferentes momentos e formas, envolvendo: avaliação de atividades pelos

O que qualifica a política pública não é só construir parques, mas dar sentido e significado a cultura nela vivida, seu empoderamento, conhecimento, formação, projetos educativos são fundamentais. Ao ampliar seu nível de consciência, a comunidade começou a reivindicar coisas que em outros tempos achava secundária ou menos importantes, como a iluminação dos campos de várzea, a ampliação dos programas esportivos e recreativos e assim o lazer passou a ser respeitado.

Entretanto, neste contexto quando as propostas vindas de uma determinada comunidade não eram escolhidas como prioridade pelo Conselho do OP ou quando a demanda (obras) levava muito tempo para se concretizar, surgiram conflitos, pois isso gerava desconfiança e frustração de muitos que queriam respostas imediatas e não entendiam que havia uma ordem de prioridades (hierarquização das demandas).

Um dos compromissos assumidos durante esse período, observado na leitura de documentos que relatam as experiências de Porto Alegre foi à gestão democrática, nos mais diferentes níveis - do administrativo interno de cada instituição às relações com as comunidades que, promoveram uma cultura de participação e construção coletiva, de maneira que os envolvidos podiam ver-se como sujeitos do projeto político-pedagógico da Prefeitura. O período estudado trabalhou a educação pelo esporte, pelo lazer, pelo lúdico, e a educação cidadã, possibilitando crianças, jovens, adultos e idosos exercerem seu direito de serem mais felizes. Para tanto, os professores e funcionários, chamados de trabalhadores em educação, eram considerados tão importantes quanto os que atuam nas escolas, mas com o diferencial de exercerem sua profissão fora da escola formal, nas mais diversas atividades, principalmente nos espaços abertos da cidade (praças, ruas, campos de futebol, etc).

A ação direcionada aos habitantes da cidade seguia a lógica de que o agir deveria estar em consonância com a realidade, não apenas comprometido consigo mesmo. Por isso, era

beneficiados, de participação dos beneficiados, de planejamento e execução pela equipe gestora e criação de indicadores.

valorizada a solidariedade e a humanização. Os conhecimentos eram ampliados, buscando superar uma visão ingênua da realidade, ao mesmo tempo em que, o “fazer pedagógico”, não poderia impor sobre os demais.

Dentre os professores de Educação Física atuantes, cento e dez eram professores concursados e vinte e nove estagiários, responsáveis pela execução de todas as atividades desenvolvidas.

A Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer procurou garantir uma política permanente de qualificação de seus recursos humanos. Para tanto, manteve uma assessoria pedagógica para promover a reflexão sobre a política da Administração Popular, que privilegia a participação e a conquista da cidadania, com a intervenção dentro dos espaços de sua competência. Para alcançar esses objetivos à assessoria pedagógica, promoveu encontros sistemáticos, bem como reuniões de instrumentalização profissional, que aconteciam dentro do horário semanal dos professores e, sempre que necessário, com a presença de palestrantes convidados para o aprofundamento dos assuntos.

A relação entre teoria e prática e a cultura vivida envolveu não somente as práticas corporais institucionalizadas (esporte, dança, lutas, ginástica, jogos e brincadeiras infantis), mas também passou a se preocupar com as representações e significados que o corpo possui na cultura (raça, etnia, gênero, classe, tradições, novas formas de relação e convívio social), além de ressaltar a importância e os limites do vivido, ou seja, dos valores sociais formados.

Outros interesses culturais, diferentes níveis e gêneros de práticas passaram a ser promovidos e para isso foi importante dar voz e trato às diferentes demandas, construindo um espaço de liberdade que implica em ver o outro, ouvir o movimento organizado das classes sociais e suas carências mais explícitas, receber as demandas de toda cidade: clubes, escolas, universidade, mídia, pessoas interessadas (reunião das plenárias temáticas).

A cidade despertou para o fato de que sujeitos críticos podem ser formados no lazer:

sujeitos com consciência de que mudanças dependem da alteração das práticas concretas que lhe são oferecidas durante as aulas. Nas diversas experiências apresentadas nesse trabalho existe o momento de modificação das regras, daquilo que foi aprendido, das vivências que foram executadas. Uma mudança que deve ser pensada, apresentada e vivenciada para efetivamente ser transferida para a consciência, libertando-a. Ao apontar o modo como as experiências são moldadas dentro de relações de poder, abre-se espaço para que sejam (re)pensadas as práticas que até hoje vem constituindo sujeitos, nas condições concretas que fazem de cada um ser da maneira que é. Não basta possuir o conhecimento, mas é preciso também percebê-lo como intrinsecamente relacionado com aquilo que somos e o que fazemos de nós mesmos. A maneira como produzimos e colocamos em circulação o conhecimento fazem deste um instrumento de luta pela liberdade e mudança das práticas em condições sociais concretas.

Mas, existem diferenças entre as intenções gerais e as materializações concretas. A produção dos saberes oficiais não impede a formulação de outros que desconfiam das forças disciplinares das instituições. Também, existem os saberes e instituições que buscam a constituição de práticas fora dos modelos universais de racionalidade e de regulação.

A sociedade muitas vezes não está preparada para entender que a verdadeira democracia não é atender as demandas dos indivíduos, mas as coletivas da maioria.

5. Valorização das manifestações culturais pela política de lazer

O trato do lazer em uma outra dimensão política favoreceu a valorização dos sujeitos (suas identidades e liberdade de participação) e das diversidades. Cidadãos de todas as faixas etárias, passaram a demandar sua inclusão ativa na política de lazer, o que influenciou na mudança de hábitos individuais e coletivos.

Se inicialmente a compreensão do lazer pela comunidade era atividade pela atividade,

(que não implicava em conhecimento, intervenção e mudança; um lazer como produto de consumo alienado), no processo ele passa a ser compreendido como meio e fim de uma vivência cidadã. Como forma de questionar os determinantes que sustentam as desigualdades e injustiças sociais, intervir sobre os elementos da cultura lúdica vivida seria também uma intervenção sobre a maneira como a sociedade se organiza politicamente.

Ao analisar a inserção do lazer nas políticas públicas participativas de Porto Alegre percebe-se que foi criado um espaço significativo para mudanças políticas, possibilitando a (re) construção de identidades. As diversas estratégias políticas usadas estão relacionadas com aquilo que as pessoas são e seus significados. Todas elas (temas estudados, textos produzidos, debates, trabalhos em grupo, vivências, constituem ações que contribuem para conformar os modos de pensar, ser e agir com a relação à vida social como um todo).

O lazer, em suas variadas manifestações (esportivas, artísticas, sociais), tem contribuindo também para a transformação social. Ele é emblemático, pois assim como pode ser apenas um produto de consumo, pode ser um elemento “revolucionário”. O lazer agrega, reúne pessoas, busca identidade. Retira as pessoas de dentro das casas onde estão presas pela insegurança e as desenvolve ao convívio social em que há conhecimento, troca, afeto e também questionamentos, consciência e rebeldia (RODRIGUES & GUTTERRES, 1996).

As práticas corporais que se encontravam fragmentadas e dispersas pela vida cotidiana foram reorganizadas para a produção de um novo tipo de saber sobre o movimento humano. Práticas lúdicas saem das ruas para locais institucionalizados (ginásio, parques, clubes). Muitas vezes mudam o enfoque da técnica e da disciplina. Jogos tradicionais passam a ser vividos de formas diferentes. Há um destaque para as práticas esportivas.

Analisando os documentos levantados²¹ sobre as propostas pedagógicas presentes nas ações da Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer, observou-se:

²¹ Devido ao grande número de documentos levantados, e tendo em vista o espaço disponível neste artigo, optamos por não relacionar todas as referências ao longo do texto, e colocá-las em um item, após as Referências.

1. O reconhecimento de que uma construção histórico-social, por não ser imutável, é sempre provisória. Sendo assim, o processo não é um produto final, acabado, mas algo dinâmico. A prática social desenvolvida aponta que todos são sujeitos do conhecimento e da história.

2. A valorização da relação entre identidades culturais, idade, classe social, gênero e etnias, dimensões estruturantes, que refletem as tensões de força na sociedade, mas não se esgotando nela;

3. Os territórios envolvidos possibilitam vivências interativos (sociabilidade, afeto), simbólicos (político, interpessoal) e culturais (grupos, gêneros, etnias, saberes, corpos). Trata-se de espaços de agenciamento de saberes e, portanto, de poder, de produção e reprodução ideológica, de acesso e diálogo; de escolhas, ênfases e omissões: experiência dialética, com seus conflitos e conquistas.

Sendo a cidade construída pelos homens que possuem interesses e valores diferentes, movimentos populares (Associações Comunitárias, Associações de Bairros, Ligas Esportivas e Recreativas, etc.) e as classes sociais entrevêm nos diferentes contextos do município. A organização comunitária se modifica e acontece de modo diferente na cidade, sendo assim alguns programas mudaram e outros permanecem até os dias de hoje.

Inicialmente, em determinado espaço esportivo uma mesma pessoa se inscrevia em diversas atividades. Para incluir mais participantes criou-se critérios de participação, e dessa forma aumentou-se o número de participantes e a abrangência do programa. Lazer é direito, mas a prática de direitos não se dá mesma forma. Os principais equipamentos onde eram desenvolvidos os programas de lazer estavam implantados no centro da cidade. E como a grande maioria dos grupos excluídos mora na periferia, foi preciso levar programas até eles.

Os projetos arquitetônicos muitas vezes não atendiam as necessidades de uso como por exemplo a ausência de tomadas nos ginásios, lugar para o público sentar direcionado para

paredes, além de confrontos como a instalação de postes de iluminação no meio do campo de futebol, ocasionando disputas acirradas nos espaços de classes econômicas com diferentes interesses culturais.

6. Mudanças no conceito de lazer

As mudanças observadas nos documentos levantados sobre o período estudado levaram-nos a perceber, especialmente, mudanças no conceito de lazer. Afinal, neste período histórico, de que lazer a cidade de Porto Alegre passou a vivenciar?

A história da cidade mostrou usos de diferentes conceitos em cada época até o período estudado, considerando mudanças nas variáveis de lazer como tempo, atividade, atitude, uso de espaços e equipamentos, papel educativo. O reconhecimento do lazer como direito de todos e, conseqüente, institucionalidade na política pública local, trouxe um novo olhar para a abordagem do tema.

Essa evolução no conceito mostra que, considerando o espaço sócio-político-histórico da política analisada, a vivência do lazer sofreu muitas influências nacionais e globais na constituição de suas possibilidades.

A política de lazer em Porto Alegre esteve articulada aos princípios participativos assumidos pela política do governo municipal, que contribuíram para que o lazer deixasse de ser concebido pelos gestores e a população somente como uma atividade pela atividade. Este conceito de lazer que perdurou durante muito tempo no município foi superado.

O lazer deixa de ser visto como uma atividade sem significado político e passa a ser compreendido como um direito a ser garantido. Os direitos foram garantidos pela SME, conforme comprovam os documentos analisados, no decorrer deste estudo. O que é colocado em destaque não é só “o que” e “como fazer”, mas, sim, porque vivenciar. Os aspectos técnicos da gestão do lazer não são abandonados, mas reconhecidos como construtos culturais

que não possuem a verdade em si mesmos. Os gestores comunitários, ao invés de técnicos passam a ser compreendidos também como intelectuais capazes de ação e de transformação pelo seu envolvimento nas decisões políticas junto com os demais gestores do município.

O lazer passa a ser concebido muito mais como um dos fatores de qualidade de vida, em decorrência, o papel do lazer na humanização das relações e a busca da felicidade, colocaram o sujeito no centro das suas ações. Observação que revela mudança de sentido de lazer uma vez que nas épocas anteriores ao período analisado o lazer era considerado, sobretudo, como “tempo fora das obrigações sociais” e, principalmente, as do trabalho.

As demandas de lazer sempre existiram. O que mudou no período estudado foi a participação popular no trato destas demandas. Participação que gerou também o envolvimento do prefeito e todos secretários, tratando o lazer no conjunto das demandas da cidade. As visitas coletivas dos dirigentes às comunidades, conversando com os representantes do OP do lugar (que diziam o que deu certo e o que não deu certo) mostram isso.

O investimento no lazer como processo educativo também mudou a concepção de lazer orientada pela Assistência Social, que historicamente tratou das recreações nos espaços comunitários para atender crianças, jovens e idosos, no sentido de proteção, entendida por uns como proteção das pessoas e por outros como proteção da sociedade.

Com a transferência dos equipamentos esportivos e recreativos dos Centros de Comunidade, que até então eram gerenciados pela Assistência Social, para a Secretaria Municipal de Esporte Recreação e Lazer, houve um avanço para a política da área. Entre as mudanças significativas, a realização de concursos específicos de Professor de Educação Física para a SME, por edital. Passou a se ter exigências diferentes uma vez que o professor tinha que além de ensinar, mobilizar e atrair a população para participar das atividades de maneira espontânea.

No que tange a intersetorialidade, com base na relação do conhecimento na área do lazer, avançou-se em ações interdisciplinares junto à educação, à assistência social, à saúde e ao meio ambiente (espaço onde ficam os equipamentos esportivos e recreativos).

Considerações finais

A trajetória política do lazer em Porto Alegre foi construída de forma articulada com a política do Governo Municipal e com as macro-políticas do Estado brasileiro. A vivência de espaço sócio-político-histórico possibilitou a prática política de garantias do direito ao lazer, também possível por meio de negociações com o Gabinete do Prefeito e outras secretarias como a da Educação que permitiram a concretização dessas políticas.

A análise demonstra que a relevância que o lazer adquiriu nos últimos anos como política social e objeto de reivindicação ligada à qualidade de vida de algumas cidades, especialmente em Porto Alegre, é resultado de iniciativas do poder público em parceria com a sociedade civil organizada através da construção e implementação de políticas setoriais.

A cidade que se tornou metrópole foi se constituindo, inicialmente, numa lógica conservadora, conduzida para o mundo do trabalho, apresentando poucos espaços de lazer na periferia ou regiões mais pobres.

Em Porto Alegre, onde o lazer foi se institucionalizando nas Administrações Populares, ele acaba se inserindo de forma emblemática nas políticas sociais.

Buscando superar limites que envolviam demandas de todas as faixas etárias, de qualificação da infra-estrutura, mas antes de tudo, a preocupação com a educação para o lazer e a cidadania pelo lazer, a área passou a desempenhar um papel até então ainda pouco vivenciado nas políticas, ou seja, ser um articulador, um elemento fundamental da intersetorialidade e de multidisciplinariedade.

Os dados analisados nos revelaram que, no que se refere a **institucionalidade** do lazer nas políticas públicas participativas, as gestões dos prefeitos Tarso Genro, Raul Pont e João Verle, no período estudado, foram decisivas na institucionalização do lazer com a criação de uma Secretaria Municipal específica para a área. Institucionalização baseada na referência legal do direito ao lazer e ao esporte constante nos documentos oficiais e nos planos de governo.

Em relação ao **objetivo principal**, o estudo identificou a inclusão do direito ao lazer em vários documentos e publicações, a exemplo do Plano Plurianual, das Conferências Municipais e, principalmente, do Orçamento Participativo (OP). A dimensão da diversidade, a valorização da identidade, a liberdade de participação, assim como o envolvimento dos movimentos sociais também foram identificados nos documentos. Os programas desenvolvidos revelam a conquista do direito ao lazer pelas famílias, crianças, jovens, idosos, mulheres, pessoas com deficiência. Ficou claro no planejamento de cada projeto que os interesses específicos de cada segmento eram considerados.

A análise dos documentos enriqueceu a discussão da acessibilidade como prioridade da política de lazer de Porto Alegre. A explicitação do direito ao lazer em documentos formais e legais do município provou a existência de um diálogo permanente com a população, seja por intermédio do atendimento ao público diretamente pela Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer, seja pelas chefias ou por meio de fóruns, reuniões e conferências municipais.

No sentido do **enfoque** do lazer como meio e fim das políticas públicas participativas, os dados levantados apontam como esse campo integrava as ações da Educação e aos poucos ganhou espaço político, culminando com a criação de uma secretaria específica, dando novo *status* às demandas do lazer.

A análise documental demonstrou também que as crescentes experiências de elaboração coletiva de projetos, com o envolvimento e participação da população, foi fundamental para o amadurecimento do campo do lazer no que se refere à **lógica de tomada de decisões**, elemento fundamental das políticas públicas participativas. Essa mudança inovou o percurso histórico do lazer que vinha sendo sustentado, sobretudo, por práticas de recreação orientada. As experiências participativas estão registradas nos planejamentos, documentos de fóruns, das conferências municipais, dentre outras estratégias que mostram a importância e também os limites a serem superados nesta prática coletiva que integrou o lazer às políticas sociais do município, como por exemplo, a impossibilidade de atendimento de todas as demandas da comunidade.

No que se refere ao **financiamento** das políticas públicas participativas de lazer, o OP provou ser o principal marco da discussão, pois foi por intermédio dele que as prioridades mudaram, gerando uma conseqüente flexibilização do orçamento geral para investir no lazer. Ao analisarmos os documentos das plenárias temáticas do OP constatamos um aumento dos investimentos em lazer, principalmente demandados para as regiões mais centrais da cidade, que já tinham avançado em conquistas básicas como moradia, saneamento básico, educação e saúde e acabaram dando um espaço privilegiado para essa área em sua hierarquização de prioridades. Sabemos que o OP trabalha com essa hierarquia uma vez que não há verba suficiente para atender todas as necessidades da população.

Enfim, no nosso entendimento, o eixo fundamental dos governos populares, e também principal responsável pelos resultados das gestões da Administração Popular de Porto Alegre foi à democracia participativa, ou seja, a participação popular direta, que constituiu uma nova relação da sociedade com o Estado, diferentemente da lógica vigente nas políticas paternalistas que historicamente representavam a maioria das experiências de políticas públicas de lazer no Brasil.

REFERÊNCIAS

- BARCELOS, A. & PONT, R. (Org.). **Porto Alegre: uma cidade que conquista: a terceira gestão do PT no governo municipal**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000. 238p.
- BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil**. São Paulo: Tecnoprint, 1988.
- BRASIL. **Decreto-lei n. 5.452**, de 1943, que dispôs sobre a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Impresso. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.
- DEMO, P. **Pobreza política**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 1994. 109 p.
- DRAIBE, S. M. **A constituinte e as políticas sociais**. Campinas: Núcleo de Estudos de Política Pública, 1989. v.1. Relatório da situação social do país.
- FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. Disponível em: www.forumsocialmundial.org.br. Acesso em: 02 dez. 2010.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- GAELZER, L. **Recreação pública em Porto Alegre: evolução histórica**. Porto Alegre: UFRGS, 1975.
- GENRO, T. & SOUZA, U. de. **Orçamento participativo: a experiência de Porto Alegre**, 1997.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- MARCELLINO, N.C. **Políticas Públicas Setoriais de Lazer: O papel das Prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996. 71p.
- MARCELLINO, N. C. **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas: Autores Associados, 2001. 188p.
- PINTO, L. M. M. Inovação e avaliação; desafios para as políticas públicas de esporte e lazer. In: WERNECK, C. L. G. & ISAYAMA, H. (Org.). **Educação física e lazer**. Belo Horizonte: CELAR-UFGM/Editora Autêntica, 2002.
- PINTO, L. M. M.. **Sentidos e significados de tempo de lazer na atualidade: estudo com jovens belo-horizontinos**. Belo Horizonte: UFGM/Faculdade de Educação, 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Belo Horizonte: UFGM, 2004.
- PINTO, L. M. M.. Estado e sociedade na construção de inovações nas políticas sociais de lazer no Brasil. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Políticas públicas de lazer**. Campinas: Alínea, 2008a. p. 43-78.

PINTO, L. M. M.. Políticas públicas de lazer no Brasil: uma história a contar. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Políticas públicas de lazer**. Campinas: Alínea, 2008b. p. 79-96.

PONT, R. **Democracia, igualdade e qualidade de vida**: a experiência de Porto Alegre. Porto Alegre: Veraz, 2003. São Paulo: EDUSP, 2002. 71p.

RODRIGUES, Rejane Penna (Org.). **Brincalhão**: uma brinquedoteca itinerante. Petrópolis: Vozes, 2000. 64p.

RODRIGUES, R. P. O papel do estado nas políticas sociais: elementos para discussão sobre a gestão das políticas públicas de lazer no Brasil. In: MARCELLINO, N. C. **Políticas públicas de lazer**. Campinas/SP: Alínea, 2008. p. 171.

RODRIGUES, R.J. **O lazer nas políticas públicas participativas de Porto Alegre**: estudo das gestões municipais de 1994 a 2004. Dissertação (Mestrado) - Educação Física, UNIMEP, 2011.

ZINGONI, P. Lazer como fator de desenvolvimento regional: a função social e econômica do lazer na atual realidade brasileira. In: MÜLLER, A.; DACOSTA, L. P. **Lazer e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Editora da Unisc, 2002. p. 53-82.

Documentos analisados:

1. PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Prioridades das regiões do Orçamento Participativo (OP)**, 1990. (Mimeo.).
2. PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, **Lei n. 7.330** de 1993, de 05/10/1993, cria a Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Porto Alegre/Procuradoria Geral do Município. Disponível em: www.portoalegre.rs.gov.br.
3. PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Decreto Municipal n. 10.869** de 22/12/1993, altera a estrutura da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Porto Alegre/Procuradoria Geral do Município. Disponível em: www.portoalegre.rs.gov.br.
4. PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Quadro Demonstrativo da Regionalização de 1990/2000**. (Mimeo.).
5. PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Material produzido pela Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer para a I Conferência Municipal de Esporte, Recreação e Lazer**, maio, 2000. (Mimeo.).
6. PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Síntese das diretrizes da Iª Conferência Municipal de Esporte, Recreação e Lazer para encaminhamento ao III Congresso da Cidade e Listagem das Propostas** (texto final), 2000. (Mimeo.).
7. PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Resultados da avaliação feita pela equipe de recursos humanos da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer**, ago. 2000. (Mimeo.).
8. PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Modelo de avaliação do servidor**. Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer, 2000. (Mimeo.).
9. PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Plano Plurianual – 1998/2001**. (Mimeo.).

10. PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Relatório de indicadores sociais de Porto Alegre**, 2001. (Mimeo.).
11. PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Organização interna da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer**, 2002. (Mimeo.).
12. PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Relatório de atividades da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer**, 2002 (Inclui o item “Assessoria Comunitária”). (Mimeo.).
13. PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Dados da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer, relativos a II Conferência Municipal de Esporte, Recreação e Lazer da SME**, mai., 2003. (Mimeo.).
14. PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Diagnóstico da Assessoria Comunitária**, 2003. (Mimeo.).
15. PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Avaliação do relatório da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer**, 2003. (Mimeo.).
16. PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Avaliação interna geral da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer**, 2003. (Mimeo.).
17. PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Relatório de atividade da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer**, 2004. (Mimeo.).
18. PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Retrospectiva da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer 1993/2003** (Apresentação para reunião geral de professores e funcionários da SME), 2003. (Mimeo.).
19. PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Reuniões regionais de planejamento participativo**, 2004. (Mimeo.).
20. PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Relatório de trabalho da Prefeitura de Porto Alegre período 2005/2006/2007**. (Mimeo.).
21. PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Anuário Estatístico de Porto Alegre referente ao período 1999/2008**. (Mimeo.).
22. PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Relação dos Centros Comunitários nas diversas regiões de Porto Alegre**, 1999.
23. PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Secretarias municipais de Porto Alegre agrupadas por temas afins** (Plenárias Temáticas), 1997. (Mimeo.).
24. PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Proposta anual de qualificação profissional da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer**, 1998. (Mimeo.).
25. PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Plano Estratégico de Porto Alegre, 1997**. (Mimeo.).
26. PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Planos de investimento do município**, 1999. (Mimeo.).

Endereço dos Autores:

Rejane Penna Rodrigues
SHIGS 715 - Bloco C – Casa 53

Asa Sul Brasília - DF - 70.381.703

Endereço Eletrônico: rejane.rodrigues@esporte.gov.br

Nelson Carvalho Marcellino

Rua 14 de dezembro, 428 apto.41

Campinas – SP – 13015-130

Endereço Eletrônico: marcelin@supernet.com.br